

Hospital Varginha S.A.

Demonstrações financeiras individuais

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstração de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O Hospital Varginha S.A. faz parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica. o Grupo possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A Cultura do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

➤ **Capacidade Financeira**

A Companhia finaliza o ano de 2024 com R\$ 107.780,83 em caixa (R\$ 1.831.132,75 em 2023) concentrado em Caixa e equivalentes de caixa.

➤ **Qualidade Assistencial e Sustentabilidade**

Mudanças disruptivas em nosso setor estão acontecendo e estamos conscientes de que para uma história corporativa de sucesso, a inovação é um fator chave. Sendo líderes em saúde, acreditamos que o uso e aprimoramento de novas tecnologias no Grupo Hapvida NotreDame Intermédica pode promover mais saúde às pessoas, melhorar a qualidade assistencial, promover a eficiência em custos, e, conseqüentemente, aumentar a acessibilidade e a experiência dos clientes e beneficiários.

➤ **Performance do resultado**

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 4.285.530,38 em 2024 (R\$ 6.859.725,99 em 2023), uma redução de 60,07% em comparação ao exercício anterior.

Os custos dos serviços prestados apresentaram uma redução de 58,54% quando comparado ao exercício de 2023, passando de R\$ 13.766.576,30 em 2023 para R\$ 8.683.256,26 em 2024.

As despesas administrativas apresentaram um aumento de 31,93% quando comparado ao exercício de 2023, passando de R\$ 185.734,32 em 2023 para R\$ 272.863,65 em 2024.

A provisão para perda sobre crédito apresentou um aumento de 55,82% quando comparado ao exercício de 2023.

O resultado financeiro líquido apresentou um aumento de 59,16% quando comparado ao exercício de 2023, passando de um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 9.739,23 para um resultado financeiro líquido positivo de R\$ 23.844,48.

O prejuízo líquido do exercício foi de (R\$ 4.704.944,64) em 2024 (R\$ 7.453.957,86) em 2023), apresentando uma queda de 58,43%.

➤ **Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas**

A Companhia não possuiu investimentos em sociedades coligadas ou controladas.

➤ **Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos a pagar.



➤ **Declaração sobre capacidade financeira**

A Companhia dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a seus fornecedores.

➤ **Política de destinação dos lucros**

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei no 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia.

➤ **Declaração de não ocorrência**

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

➤ **Considerações finais**

A Companhia, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2024 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da entidade

HOSPITAL VARGINHA S/A

CNPJ 06.878.764/0001-60

Varginha – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **HOSPITAL VARGINHA S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **HOSPITAL VARGINHA S/A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2025.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC PR-004.552/O-5 S/MG

CVM 7862



FAIMO FRANCISCO

MOREIRA:0016931

4596

FAIMO FRANCISCO MOREIRA

CRC MG-085.335/O-5

CPF 001.693.145-96

CNAI 3764

HOSPITAL VARGINHA S.A.
 Balanços Patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em Reais – R\$)

	Notas	31 de dezembro de	
		2024	2023
Ativo			
Circulante		2.846.704,74	2.804.441,52
Caixa e equivalentes de caixa		107.780,83	1.831.132,75
Contas a receber de clientes	5	2.259.147,63	714.760,18
Estoques	6	355.931,16	216.647,13
Créditos tributários e previdenciários	7	9.982,79	7.609,45
Outros ativos	8	113.862,33	34.292,01
Não circulante		7.474.265,16	6.405.481,65
Realizável a longo prazo		405.566,62	110.366,83
Ativo fiscal diferido	9	139.447,26	109.738,33
Depósitos judiciais e fiscais	10	235.705,64	-
Outros ativos	8	30.413,72	628,50
Imobilizado	11	7.068.698,54	6.295.114,82
Total do ativo		10.320.969,90	9.209.923,17
Passivo			
Circulante		1.020.950,27	958.950,06
Fornecedores		348.542,60	129.657,09
Salários e encargos a pagar	12	455.998,39	467.985,17
Tributos e encargos a recolher	13	205.365,91	151.788,02
Arrendamentos	14	4.320,00	2.897,38
Outros passivos	15	6.723,37	206.622,40
Não circulante		635.581,69	681.590,53
Passivo fiscal diferido	9	606.786,52	664.399,32
Provisões para ações judiciais	16	15.926,95	-
Arrendamentos	14	12.868,22	17.188,21
Outros passivos	15	-	3,00
Patrimônio líquido		8.664.437,94	7.569.382,58
Capital social	17	33.196.870,00	22.396.870,00
Adiantamento para futuro aumento capital (AFAC)		1.000.000,00	6.000.000,00
Reserva de capital		3.983.960,00	3.983.960,00
Prejuízos acumulados		(29.516.392,06)	(24.811.447,42)
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.320.969,90	9.209.923,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



HOSPITAL VARGINHA S.A.*Demonstração de resultados**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Valores expressos em Reais – R\$)*

	Notas	31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita operacional líquida	18	4.285.530,38	6.859.725,99
Custo do serviço prestado	19	(8.683.256,26)	(13.766.576,30)
Resultado bruto		(4.397.725,88)	(6.906.850,31)
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas	20	(272.863,65)	(185.734,32)
Perdas de recuperabilidade sobre créditos		(151.519,32)	(66.940,84)
Outras receitas/(despesas), líquidas		6.000,00	390.991,94
Resultado antes do resultado financeiro		(4.816.108,85)	(6.768.533,53)
Receitas financeiras	21	32.750,86	38.044,59
Despesas financeiras	21	(8.906,38)	(28.305,36)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(4.792.264,37)	(6.758.794,30)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	9	87.319,73	(695.163,56)
Prejuízo líquido do exercício		(4.704.944,64)	(7.453.957,86)

HOSPITAL VARGINHA S.A.*Demonstração de resultados abrangentes**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Valores expressos em Reais – R\$)*

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(4.704.944,64)	(7.453.957,86)
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do exercício	(4.704.944,64)	(7.453.957,86)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



HOSPITAL VARGINHA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R\$)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Capital a integralizar	Reserva de capital	Legal	Lucro a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.896.870,00	2.500.000,00	(6.234,00)	3.983.960,00	118.037,00	54.100,44	(17.523.393,00)	6.023.341,00
Aumento de capital	5.500.000,00	(2.500.000,00)	-	-	-	-	-	3.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.000.000,00	-	-	-	-	-	6.000.000,00
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(7.453.957,86)	(7.453.957,86)
Reclassificação	-	-	6.234,00	-	-	-	(6.234,00)	-
Absorção da reserva legal e reserva de lucros	-	-	-	-	(118.037,00)	(54.100,44)	172.138,00	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.396.870,00	6.000.000,00	-	3.983.960,00	-	-	(24.811.447,42)	7.569.382,58
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.396.870,00	6.000.000,00	-	3.983.960,00	-	-	(24.811.447,42)	7.569.382,58
Aumento de capital	10.800.000,00	(6.000.000,00)	-	-	-	-	-	4.800.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.704.944,64)	(4.704.944,64)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	33.196.870,00	1.000.000,00	-	3.983.960,00	-	-	(29.516.392,06)	8.664.437,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

HOSPITAL VARGINHA S.A.**Demonstração de Fluxos de Caixa – método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais – R\$)

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.704.944,64)	(7.453.957,86)
Depreciações e amortizações	587.790,61	531.253,00
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(87.319,73)	695.163,56
Provisão para ações judiciais	(114.419,13)	-
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	99.570,05	567,70
Perda de glosa esperada	151.519,52	66.373,14
Juros sobre arrendamentos	1.422,63	-
	(4.066.381,69)	(6.160.600,02)
Varição dos ativos e passivos operacionais	(2.282.194,57)	(556.624,16)
Contas a receber de clientes	(1.795.477,02)	(345.028,02)
Estoques	(139.284,03)	(178.979,13)
Créditos tributários e previdenciários	(2.373,34)	14.946,55
Depósitos judiciais e fiscais	(235.705,64)	-
Outros ativos	(109.354,54)	(47.563,56)
Fornecedores	218.885,51	(471.118,91)
Salários a pagar	(11.986,78)	(282.081,83)
Tributos e encargos sociais a recolher	53.577,89	41.625,02
Provisões para ações judiciais	130.346,08	-
Passivo de arrendamento	-	20.727,59
Outros passivos	(199.903,03)	110.457,40
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(6.157.657,59)	(7.297.614,91)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(1.361.374,33)	(449.194,34)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.361.374,33)	(449.194,34)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.800.000,00	3.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000.000,00	6.000.000,00
Contraprestação paga – arrendamento	(4.320,00)	-
Caixa líquido ger nas atividades de financiamento	5.795.680,00	9.000.000,00
Aumento/(redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	(1.723.351,92)	1.253.190,75
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.831.132,75	577.942,00
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	107.780,83	1.831.132,75
Varição do caixa e equivalentes de caixa	(1.723.351,92)	1.253.190,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O **HOSPITAL VARGINHA S.A.** (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil com sede no município de Varginha, Estado de Minas Gerais, na Avenida Antonieta Esper Kallas, nº 299, no bairro Parque Mariela. A Companhia tem por objetivo social as seguintes atividades: (i) atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, como atividade principal; e (ii) atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, como atividade secundária.

Em outubro de 2020, os controladores do Hospital Varginha assinaram Contrato de Compra e Venda de suas operações com Notre Dame Intermédica Saúde S.A. Conforme Despacho no. 928, de 06 de julho de 2021 o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica se manifestou a favor da operação. Em virtude das aprovações da ANS e do CADE, em 04 de agosto de 2021 as partes assinaram o Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Companhia, passando nesta data a transferência de controle acionário a Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Em 2022, com a combinação de negócios entre a Hapvida Participações e Investimentos S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., esta última, controladora indireta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., o Hospital Varginha passou a fazer parte do Grupo Hapvida Notredame Intermédica.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>(%) Participação</u>
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	33.167.213	99,91%
Não controladores	29.657	0,09%
	33.196.870	100,00%

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em **11 de abril de 2025**.

2. Outros assuntos

a) Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia trabalha constantemente para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.



Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia incluem cobertura para eventos extremos.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes de queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

b) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Não houve qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais da Companhia



3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.



Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- Nota explicativa nº 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- Nota explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 11 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício.

3.4 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 4.2 – Instrumentos financeiros.
- Nota explicativa nº 4.10 – Arrendamentos

4. Principais práticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Companhia reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Companhia avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.



A Companhia avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, consequentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

4.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

4.4. Perda de recuperabilidade sobre créditos

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras.

4.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados a seus clientes no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "Impairment").

4.7. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques usando-se o custo médio ponderado e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Companhia (órgãos e próteses, materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

4.8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação.

Em algumas situações, a Companhia questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Companhia o questionamento das ações.



Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

4.9. Imobilizado

Os itens que compõe o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Taxa média de depreciação - % a.a.</u>
Terrenos e imóveis	25 a 50	2%
Instalações	5 a 10	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25	14%
Móveis e utensílios	1 a 15	10%
Equipamentos de computação	1 a 15	25%

A Companhia revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajudam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

4.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.



Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.



Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia espera não ser materialmente afetada por essas regras.

4.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisões para ações judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.



Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

4.13. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia avalia se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para o fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela companhia. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é arrendatária de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando: há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa; há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; a Companhia altera sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão; há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.



Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas não reconhecem ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa, de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4.14. Reconhecimento de receitas operacionais

As receitas com serviços prestados às operadoras de planos de saúde e pacientes particulares são reconhecidas pelo regime de competência.

4.15. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

4.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

5. Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Contas a receber de clientes	2.666.385,00	870.908,51
(-) Glosa	(173.542,45)	(73.972,73)
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(233.694,92)	(82.175,60)
	2.259.147,63	714.760,18



A movimentação do contas a receber é como segue:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	714.760,18	436.673,34
Prestação de serviços médico-hospitalar	4.659.313,37	7.528.524,31
Recebimentos	(2.863.836,35)	(7.183.496,63)
(Reversão)/Provisão para perda sobre crédito	(99.570,05)	(66.373,14)
Baixa de perdas efetivas com créditos	(151.519,52)	(567,70)
Saldo no final do exercício	2.259.147,63	714.760,18

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	31 dezembro de	
	2024	2023
A vencer	159.121,11	-
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	289.949,81	502.364,73
De 31 a 90 dias	218.767,54	61.273,63
Acima de 90 dias	1.998.546,54	307.270,15
Total	2.666.385,00	870.908,51

Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(82.175,60)	(16.000,00)
Constituições	(10.055.411,98)	(82.743,30)
Reversões	9.903.892,66	16.567,70
Saldo no final do exercício	(233.694,92)	(82.175,60)

6. Estoques

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Material hospitalar	270.770,04	107.563,41
Material de escritório	60.314,97	18.133,34
Medicamentos	86.341,07	62.138,20
Material de limpeza	46.229,87	25.693,24
Material de laboratório	77,50	123,20
Outros	67.443,00	2.995,74
(-) Provisão perda estoque	(175.245,29)	-
	355.931,16	216.647,13

7. Créditos tributário e previdenciários

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Imposto de renda (IR)	4.040,67	630,13
Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	1.193,70	1.193,70
Imposto de Renda retido na fonte	5.785,62	5.785,62
Crédito de Imposto sobre Serviço (ISS)	(1.037,20)	-
Total	9.982,79	7.609,45

8. Outros ativos

	31 de dezembro de 2023	
	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	1.168,00	-
Adiantamento a funcionários	7.026,34	34.292,01
Ativos indenizatórios	29.441,82	628,50
Outros	106.639,89	-
	144.276,05	34.920,51
Circulante	113.862,33	34.292,01
Não circulante	30.413,72	628,50



HOSPITAL VARGINHA S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em Reais – R\$)



9. Ativo fiscal diferido

a) Movimentação

	31 de dezembro de 2022	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>					
Perda de recuperabilidade sobre créditos	30.523,56	22.566,87	53.090,43	85.370,27	138.460,71
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial CPC 6 (R2), líquido	651,49	156,41	807,90	61,99	869,89
Outras adições	109.327,52	(53.485,90)	5.5840,00	(55.723,33)	116,67
Imposto diferido ativo	140.502,57	(30.764,24)	109.738,33	29.708,93	139.447,26
<u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>					
Depreciação e amortização	-	(664.399,32)	(664.399,32)	57.612,80	(606.786,52)
Imposto diferido passive	-	(664.399,32)	(664.399,32)	57.612,80	(606.786,52)
Total do imposto diferido, líquido	140.503,57	(695.163,56)	(554.660,99)	87.321,73	(467.339,26)

b) Expectativa de realização

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

2025	13.944,73
2026	13.944,73
2027	13.944,73
2028	13.944,73
2029	13.944,73
Acima de 5 anos	69.723,61
	139.447,26

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Resultado antes do IR/CS	(4.792.264,37)	(6.758.794,30)
À alíquota fiscal de 34%	1.629.369,89	2.297.990,06
Despesas indedutíveis	(77.771,50)	(53.177,00)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(1.464.278,66)	(2.265.084,10)
Outras exclusões (adições) permanentes	-	(674.892,52)
Despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	87.319,73	(695.163,56)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-
Crédito/(despesa) de imposto de renda e contribuição social – diferido	87.319,73	(695.163,56)
Alíquota efetiva	2%	-10%

10. Depósitos judiciais

a) Composição

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Cível	235.705,64	-
	235.705,64	-

b) Movimentação

	Cível
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Adições/(baixas)	235.705,64
Saldo em 31 de dezembro de 2024	235.705,64



HOSPITAL VARGINHA S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 (Valores expressos em Reais – R\$)



11. Imobilizado

	31 de dezembro de 2023	Adição	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2024
Direito de uso	17.708,32	-	-	(3.079,68)	14.628,64
Imóveis	5.610.233,58	-	-	(491.407,32)	5.118.826,26
Equipamentos de Informática	14.229,70	-	-	(6.146,06)	8.083,64
Móveis e utensílios	20.115,33	14.373,00	-	(3.132,53)	31.355,80
Máquinas e equipamentos	472.685,73	366.554,02	53.468,21	(82.913,42)	809.794,54
Instalações	-	130.563,63	103.332,82	(1.111,60)	232.784,85
Imobilizado em andamento	160.142,16	849.883,68	(156.801,03)	-	853.224,81
	6.295.114,82	1.361.374,33	-	(587.790,61)	7.068.698,54

	31 de dezembro de 2022	Adição	Remensuração	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2023
Direito de uso	21.429,94	-	(641,94)	-	(3.079,68)	17.708,32
Terrenos	216.000,00	-	-	(216.000,00)	-	-
Imóveis	5.828.254,19	-	-	248867,74	(466.888,35)	5.610.233,58
Equipamentos de Informática	(14.578,47)	-	-	38.453,24	(9.645,07)	14.229,70
Móveis e utensílios	49.642,99	6.399,99	-	(33.281,29)	(2.646,36)	20.115,33
Máquinas e equipamentos	(183.236,60)	360.384,53	-	344.531,33	(48.993,53)	472.685,73
Imobilizado em andamento	460.303,84	82.409,34	-	(382.571,02)	-	160.142,16
	6.377.815,89	449.193,86	(641,94)	-	(531.252,99)	6.295.114,82

12. Salários e Encargos a Pagar

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Salários e Ordenados a pagar	-	170.698,81
Provisão férias/encargos	428.557,34	292.029,66
Empréstimos consignados a pagar	27.441,05	5.256,70
	455.998,39	467.985,17

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Imposto sobre Serviços (ISS)	22.490,10	26.749,52
Contribuição previdenciária	28.091,65	17.971,26
FGTS	76.312,24	53.230,41
PIS e COFINS	13.232,02	16.859,75
Impostos devidos a recolher	140.126,01	114.810,94
Imposto de Renda – colaboradores	41.064,51	28.808,56
Imposto de Renda – terceiros	1.898,80	1.001,48
Contribuições retidas	22.276,59	7.154,28
Outros	-	12,76
Impostos retidos a recolher	65.239,90	36.977,08
Total	205.365,91	151.788,02

14. Arrendamentos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	20.085,59	23.349,00
Remensurações/baixas de contratos	-	(576,81)
Juros incorridos	1.422,63	1.633,40
(-) Contraprestação paga	(4.320,00)	(4.320,00)
Saldo no final do exercício	17.188,22	20.085,59
Circulante	4.320,00	2.897,38
Não circulante	12.868,22	17.188,21

Maturidade dos contratos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
2024	-	4.320,01
2025	4.320,00	4.320,00
2026	4.320,00	4.320,00
2027	4.320,00	4.320,00
2028	4.320,00	7.560,00
2029	3.241,01	-
Valores não descontados	20.521,01	24.840,01
Juros Embutidos	(3.332,79)	(4.754,42)
	17.188,22	20.085,59

15. Outros passivos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Recebimento antecipado cliente	1.242,04	165.140,08
Débitos diversos	5.481,33	41.482,32
Outros	-	3,00
	6.723,37	206.625,40
Circulante	6.723,37	206.622,40
Não circulante	-	3,00

16. Provisões para ações Judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Provisão/(Reversão)	-	(113.792,63)	(113.792,63)
Pagamentos	-	113.792,63	113.792,63
Compensação	15.400,00	526,95	15.926,95
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.400,00	526,95	15.926,95

Contingências com Risco de Perda Possível

A entidade também possui processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Contingências Trabalhista	669.876,27	204.549,08
Contingências Cíveis	150.921,56	41.986,83
	820.797,83	246.535,91

17. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 33.196.870,00 (R\$ 22.396.870,00 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, representado por 33.196.870 ações ordinárias, sem valor nominal (22.396.870 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a acionista Notre Dame Intermédica Saúde S.A., aprovou o aumento de capital de R\$ 10.800.000,00, mediante a subscrição e integralização de 10.800.000 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Ato societário	Qtde de ações	Valor da ação – R\$	Aumento de capital R\$
Assembleia Geral Extraordinária – 22 de janeiro de 2024	6.000.000	1,00	6.000.000,00
Assembleia Geral Extraordinária – 17 de junho de 2024	1.800.000	1,00	1.800.000,00
Assembleia Geral Extraordinária – 23 de agosto de 2024	1.000.000	1,00	1.000.000,00
Assembleia Geral Extraordinária - 04 de novembro de 2024	2.000.000	1,00	2.000.000,00
	10.800.000		10.800.000,00

18. Receita operacional líquida

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita com prestação de serviços	4.698.187,74	7.391.607,98
(-) Glosas	(99.569,72)	-
(-) Impostos	(313.087,64)	(531.881,99)
	4.285.530,38	6.859.725,99

19. Custo do serviço Prestado

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Custo com materiais e medicamentos	(1.832.927,61)	(5.905.216,21)
Custo com serviço de terceiros	(1.283.798,67)	(2.374.679,72)
Custo com Pessoal	(4.594.129,16)	(4.720.223,34)
Depreciação de direito de uso	(3.079,68)	(3.722,00)
Depreciação e amortização	(584.709,93)	(527.531,00)
Outros custos de assistência à saúde	(384.611,21)	(235.204,03)
	(8.683.256,26)	(13.766.576,30)

20. Despesas Administrativas

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(34.792,51)	(4.269,74)
Serviços de terceiros	(249.019,93)	(37.702,82)
Localização e funcionamento	(65.670,85)	-
Tributos	114.419,13	12.642,11
Provisão para contingências	(24.649,26)	-
Taxas, emolumentos, multas e juros	(625,27)	(156.403,87)
Outras despesas	(34.792,51)	(4.269,74)
	(272.863,65)	(185.734,32)

21. Resultado Financeiro

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Receitas Financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	8.635,95	36.778,50
Descontos obtidos	23.780,04	1.254,07
Atualização de impostos a recuperar	334,87	12,02
	32.750,86	38.044,59
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(5.105,65)	(23.942,15)
Desconto concedido	(195,59)	-
Multas e juros	(2.182,51)	(2.625,54)
Ajuste a valor presente	-	(65,13)
Variações monetárias passivas	-	(29,01)
Juros s/ passivo arrendamento	(1.422,63)	(1.633,40)
	(8.906,38)	(28.305,23)
Resultado Financeiro líquido	23.844,48	9.739,36

22. Partes Relacionadas

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Ativo		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	3.272,56	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	23.801,96	-
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	950,80	-
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	20,10	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	4.496,285	-
	32.541,71	-
Passivo		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	2,00	-
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	14,00	-
	16,00	-
Receita		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	24.363,17	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	2.179.158,75	2.543.726,42
Hapvida Assistência Médica S.A.	50.466,78	-
	2.253.988,70	2.543.726,42
Despesa		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	(634,05)	(12.418,19)
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	(354.987,06)	(251.132,02)
Hapvida Assistência Médica S.A.	(18.153,71)	-
	(373.774,82)	(263.550,21)

23. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

(i) Risco de mercado

A Companhia possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas:

- limitar a exposição a riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às aplicações financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia;
- manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa;
- não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais;
- investir em fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de:
 - (a) títulos públicos federais;
 - (b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira;

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos,

vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contraprestações de instrumentos de proteção.

(ii) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades da Companhia. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da Administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detinha saldo de R\$ 107.780,83 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.831.132,75 em 31 de dezembro de 2023), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

* * *

Fernando Miguel Augusto
Diretor de Contabilidade
CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente Contábil – Demonstrações Financeiras

